

A hora dos ursos

Nenhuma proposta tem condições diante da atitude governamental do “esperar para ver”

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

Na simbologia convencional, os ursos ocupam posição cuja importância, em mais de um sentido, tem sido sublinhada pelos acontecimentos das últimas semanas. De um lado, representam, no jargão financeiro anglo-saxão, os investidores baixistas, em oposição aos touros, altistas. Mas na simbologia da guerra fria tradicionalmente representaram a União Soviética, desafiadora da águia norte-americana. Ursos bursáteis e ursos russos têm desempenhado papéis centrais no agravamento da crise nas economias emergentes, que agora têm probabilidade não desprezível de afetar as grandes economias desenvolvidas, até mesmo a norte-americana. Depois de longo período de alta, as bolsas de valores nos países desenvolvidos começam a refletir a sucessão de percalços enfrentados pela economia mundial: intensa crise no Sudeste Asiático, fragilidade financeira japonesa combinada à singular paralisia do processo decisório e, nos últimos dias, o colapso financeiro da Rússia. Os investidores subitamente redescobriram que a bolsa, nas palavras de José de la Vega, em seu *Confusión de Confusiones*, de 1688, é “um negócio enigmático, (...) o mais real e mais falso, (...) mais nobre e mais infame, (...) mais fino e mais grosseiro, (...) pedra de toque dos atentos e pedra tumular dos atrevidos”.

Parece chegado o momento em que, finalmente, são explicitadas as gritantes deficiências da política dos EUA e também dos países europeus, com destaque para a Alemanha, em relação à solução dos problemas criados pelo colapso do comunismo na União Soviética. A política ocidental que prevaleceu desde então pode ser descrita como de baixo custo e alto risco. Os desenvolvimentos recentes parecem confirmar a sabedoria popular que sublinha o risco de alto custo final de alternativas que parece riam de baixíssimo custo à primeira vista: é o famoso barato que fica caro. A estratégia de Washington minimizou o envolvimento financeiro dos países desenvolvidos no financiamento de uma trajetória segura de transição da Rússia ao capitalismo, que atenuasse a ameaça de desestabilização e a perda de controle sobre o arsenal nuclear. A estratégia supôs que a própria Rússia poderia arcar com o custo de ajuste e subestimou o dano provocado pela substituição da propriedade pública pela propriedade privada em um quadro institucional absolutamente selvagem. O risco de transferência do controle virtual do sistema econômico para uma combinação de organizações mafiosas não foi suficiente para inspirar a reorientação da política inicial. Ao mesmo tempo, a ação política do Ocidente fornecia munição à resistência à mudança na própria Rússia, ao apoiar implícita e às vezes explicitamente a fragmentação do império soviético. Isso levou a Rússia de volta às suas fronteiras de 1783, ou 1805, na Ucrânia e na Ásia Central. A aplicação de critérios semelhantes aos. EUA levaria à devolução dos territórios referentes à anexação texana e à cessão mexicana em 1845-1848. Neste quadro, os nacionalistas russos não tiveram muito trabalho em encontrar bandeiras políticas com efetiva penetração popular, reforçando a resistência à mudança.

O custo da correção destes erros é imenso, pois permitiu-se a criação de uma classe cuja malignidade parece ultrapassar amplamente os níveis alcançados na URSS pós-1953. Além disso, tanto na Rússia quanto no Ocidente há evidente fadiga da liderança política. Os

problemas de Yeltsin são estruturais; no caso de Clinton, os escândalos de sua vida privada parecem ter antecipado a síndrome de *lame duck*, que caracteriza a segunda metade dos segundos mandatos de presidentes norte-americanos.

A inadequação dos esforços sérios de resgate da Rússia, combinada com a reversão das tendências altistas em Wall Street e seu conseqüente impacto sobre a riqueza e propensão de poupar dos investidores nos EUA, arrisca tomar global a crise que inicialmente afetava grupo de países emergentes. A posição brasileira é de fragilidade, mas não há muito de caráter de emergência que possa ser feito pelo governo além do que já fez. Infelizmente, o mercado registra como dominante na sua memória o desempenho recente do governo, marcado pela tergiversação e falta de decisão quanto à adoção de políticas fiscais efetivamente austeras, tal como prometido em meio ao aperto do final de 1997. O melhor que pode ser dito a respeito do governo é que seu otimismo panglossiano encontrou eco não desprezível em segmentos substanciais da comunidade financeira nova-iorquina. A diferença entre panglossianos no governo e no mercado é que mesmo os banqueiros panglossianos no momento relutam em emprestar ao Brasil.

Chegou a hora, já antecipada, de os gestores da política econômica no Brasil e, à Kipling, “manterem a calma, mesmo quando todos à sua volta perderam a cabeça e o estão recriminando”. As cassandras locais de plantão excitam-se com a possibilidade de, finalmente, as suas previsões catastrofistas de 1994 realizarem-se. Mas na substância nenhuma proposta com o mínimo de credibilidade tem condições de ser comparada à estratégia do “esperar para ver” que domina a agenda governamental. O principal candidato de oposição e seus assessores insistem na economia mágica: a panaceia é uma combinação de restrição das importações supérfluas, desvalorização cambial e metas de criação de emprego sem nenhuma relação com o mundo real. Em termos sintéticos o que se promete no médio prazo é a volta à estagnação com inflação. Dado que este é o pior cenário que poderia resultar de fracassadas políticas governamentais, é mais do que natural que a opinião pública esteja tendendo a reeleger FHC no primeiro turno. A oposição continua sem cumprir seu compromisso cívico de pressionar a situação para que adote um programa de governo que melhor sirva aos interesses coletivos. Em meio à desgraça, uma vantagem da crise: aumentam as esperanças de que, encurtado o leque de opções, não sobre ao Planalto senão a virtude, com prioridade no topo da agenda futura para as reformas estruturais e a perseguição sustentada do equilíbrio das contas públicas.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.